

# PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
Nº 22 - ANO 3 - SETEMBRO DE 1996



**ASSENTAMENTO  
EXTRATIVISTA  
FICA FORA DA  
SEMANA DA  
AMAZÔNIA**

**AS ONGS  
AMBIENTALISTAS  
VIVEM CRISE  
DE IDENTIDADE**

**G7 REPASSA  
RECURSOS  
AQUÉM DO  
PROMETIDO**

**O MUNDO  
VISTO PELO  
ECONOMISTA  
IGNACY SACHS**

## SUMÁRIO

- Recursos do G7 estão aquém do prometido  
Cartas
- Projeto de reforma extrativista é cercado de mistério
- Ambientalismo brasileiro vive momento de transição
- Alta Costura  
Plantio de frutas nativas preserva o solo do Acre
- Agricultores e índios se unem para preservar o cerrado
- Como os brasileiros vêm a Amazônia
- O pensamento ambiental de Ignacy Sachs  
Coluna *Ponto Doc*
- Mineradoras loteiam o subsolo brasileiro
- Um prefeito índio para os confins do Brasil  
Paraíso das RPPNs no Pará
- Nômades urbanos  
Agenda

FECHAMENTO  
DESTA EDIÇÃO  
26/09/96

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto

## RECURSOS DO G7 VOLTAM A PINGAR

REGINA SCHARF

De grão em grão, o Brasil vai recebendo os recursos prometidos pelo G7. Durante o 3º Encontro dos Participantes do Programa-Piloto para a Conservação das Florestas Brasileiras, o PP-G7, realizado em Bonn, na Alemanha, de 9 a 12 de setembro, o País conseguiu o comprometimento de US\$ 8 milhões para projetos de educação ambiental e US\$ 18 milhões para o manejo florestal na Amazônia. Também foram comprometidos US\$ 6 milhões para o fomento científico. Os recursos para a conservação de reservas, originalmente orçados em US\$ 22 milhões, poderão ultrapassar este valor, mas seu comprometimento só deve ser confirmado na virada do ano. Estados Unidos, Japão e Holanda decidiram não repassar novos recursos tão cedo. Entretanto, japoneses e americanos prometeram ampliar suas relações bilaterais com o Brasil. Já a França anunciou que pretende destinar US\$ 2,5 milhões extras, sendo US\$ 2 milhões para a Amazônia e o restante para a Mata Atlântica.

Concebido há seis anos, na reunião dos sete países mais ricos em Houston, nos EUA, o programa sugeria a destinação de R\$ 1,5 bilhão para a preservação da Amazônia e da Mata Atlântica. En-

tretanto, na hora H, o G7 acabou confirmando a doação de apenas US\$ 250 milhões. Mesmo assim, apesar de implantado há 1,5 ano, o PP-G7 só comprometeu, de fato, US\$ 173 milhões, dos quais o governo brasileiro utilizou menos de 10%, referentes às primeiras parcelas do repasse. Isto porque três dos 12 projetos previstos ainda não foram totalmente elaborados.

Oficialmente, o governo brasileiro declarou-se satisfeito. "Houve um reconhecimento de que o programa patinava mas finalmente decolou", avalia Edil Benedito, coordenador do PP-G7 no Ministério do Meio Ambiente. "Quem está de fora não percebe que a negociação é intrincada e que, às vezes, avança devagar".

Segundo Renato Cunha, da ONG baiana Gambá, presente à reunião, apesar do clima amistoso, os representantes do G7 criticaram o governo brasileiro quanto à lentidão na demarcação de áreas indígenas, às taxas alarmantes de desmatamento da Amazônia e à demora em aplicar os recursos destinados nesta primeira fase. A segunda fase do PP-G7 dependerá de avanços nestes três pontos. O governo também foi criticado em casa, por não apresentar projetos referentes à Mata Atlântica. A próxima reunião para discussão do programa deverá ser realizada dentro de um ano, em Manaus. ☐



### CARTAS

ESCREVA PARA:  
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
PARABÓLICAS - SEÇÃO CARTAS  
AV. HIGIENÓPOLIS, 901  
CEP 01238-001 SÃO PAULO - SP - BRASIL



#### RODÍZIO

Na matéria do último *Parabólicas* intitulada "São Paulo diz sim ao rodízio", foram utilizadas expressões como "adesão" e "aceitação popular" de forma inconsistente com o texto e inadequadas, já que ninguém adere a algo que é imposto por uma lei e as pesquisas não apontam 95% de aceitação, mas sim 51,2%. A pesquisa citada permite também uma sugestão: transferir a operação para a Secretaria dos Transportes, já que descobriu-se que é fácil acabar com o problema dos transportes em São Paulo: basta proibir os carros de circular! Só espero que ninguém invente de aplicar a mesma técnica para acabar com a pobreza.

Edmar Moretti  
São Paulo, SP

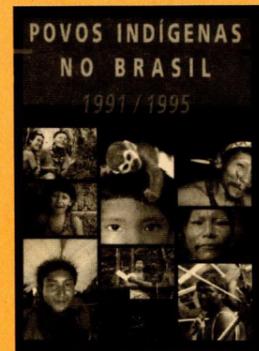


#### TARTARUGAS

Estive viajando pelo Rio das Mortes, acompanhando o Ibama na fiscalização de turistas que, nesta época do ano, invadem a nossa região. Agora é a época da desova da tracaçá, pequena espécie de tartaruga. Hoje apareceu um índio vendendo duas delas, capturadas à noite, quando saem para a desova. Comprei as duas por R\$ 4 e, junto ao índio, fomos ao rio Araguaia que passa em frente à minha casa e soltamos as pobres coitadas que estavam, certamente, com muita sede. Falei para meu amigo Assari: "olha, estas tracaçás vão chocar ovos para os seus netos". Ele riu e foi, feliz, atrás de mais tracaçás.

Adauta Luz Batista, presidente da  
Associação Comunitária Ari César (Acace)  
Luciara, MT

### POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1991/1995



A mais completa cobertura da cena indígena e indigenista contemporânea do País, com informações sobre 206 diferentes povos. Ao todo, são 888 páginas, 70 artigos, 2.234 notícias, 299 fotos, quadros e mapas.

#### Preços de capa:

• Brasil - R\$ 70,00 • América Latina e Caribe - US\$ 110 • América do Norte - US\$ 120 • Europa - US\$ 130 • Ásia e África - US\$ 140

Adquira o seu nos escritórios do ISA em São Paulo e Brasília ou pelo Correio, enviando cheque nominal ao Instituto Socioambiental (Administração)

## MIL MANEIRAS DE ANUNCIAR A REFORMA ECOLÓGICA NA AMAZÔNIA

MARLEINE COHEN

Não bastassem as duras críticas que recebeu por bancar R\$ 1,4 milhão para realizar em Nova York a 7ª Semana da Amazônia, mais do que aplicou na região Norte ao longo deste ano, o governo cambaleou duas vezes às vésperas do evento. Depois de alardear em todos os jornais que pretendia anunciar nos EUA o projeto de Reforma Ecológica na Amazônia, que visa o assentamento de comunidades agro-extrativistas, o ministro Raul Jungmann, da Política Fundiária, sequer compareceu ao luxuoso Lincoln Center. O diretor de Assentamento do Inbra, Aécio Gomes de Matos, por sua vez, negou em Brasília ser intenção do governo destinar 10% da Amazônia (50 milhões de hectares) ao projeto, como foi veiculado pela mídia. "Este não é um número oficial", afirmou Gomes de Matos, admitindo a possibilidade de eventualmente reservar uma área maior ainda à reforma ecológica.

Em São Paulo e no Rio, tanto a *Folha de S. Paulo* quanto o *JB* haviam noticiado que a área destinada a assentamentos agro-extrativistas era de 10% da Amazônia e que o governo já possuía 14 milhões de hectares para criar as reservas - dos quais 6 milhões doados pelo Exército.

Técnicos do Inbra reunidos durante o seminário "Reforma Agrária e Assentamentos Extrativistas: a Realidade Atual", realizado de 16 a 18 de setembro para aprovar uma metodologia de assentamento agro-extrativista, adiaram que Jungmann deve convocar a formação de uma equipe para fazer uma avaliação das áreas do Exército disponíveis em Estados como Pará, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso.

O diretor de Assentamento do Inbra reiterou, por sua vez, que é intenção do governo assentar cem mil famílias até o ano 2.000. "A reforma ecológica é prioridade. Acreditamos que a floresta possa gerar lucros sem ser depredada", explicou. O assentamento agro-extrativista está dirigido a comunidades tradicionais que exploram economicamente riquezas extrativas de forma auto-sustentável.

O projeto, que vem sendo elaborado em parceria com o Ibama, reserva 300 hectares por família e estipula algumas condições para efetivar a concessão de uso, que se dará por contrato de dez anos, renovável por mais 20. Para executar suas atividades extrativistas - que vão do manejo auto-sustentável da madeira à borracha, das plantas medicinais à pesca ornamental, do palmito às frutas -, o colono deve se filiar a uma cooperativa, associação ou condomínio.

Segundo Aécio Gomes, o projeto se justifica sob o aspecto social: "Calculamos que existam na Amazônia cerca de 250 mil famílias extrativistas com crescimento vegetativo muito grande. São novas gerações que estão se formando e precisam de terra para trabalhar. Caso contrário, acabam migrando para os grandes centros urbanos e se confinam em favelas, na periferia", disse. Ele também resgatou a imagem do "soldado da borracha" para justificar o projeto do ponto de vista estratégico: "A forma mais barata de ocupar a Amazônia é com brasileiros."

Aécio Gomes informou que os Estados mais atingidos pelo projeto de criação de reservas agro-extrativistas são o Acre, o Amapá, o Amazonas, Roraima e Rondônia. "Mas existem prefeituras de grandes cidades que já estão nos procurando para integrar o projeto, pois acabam não tendo como solucionar o problema do ex-extrativista favelado", afirmou.

Calcula-se serem necessários R\$ 250 milhões para assentar as cem mil famílias, mas o diretor do Inbra considerou esta cifra "subestimada".

### FESTIM FARAÔNICO

A comunidade indígena não poupou críticas à postura do governo em Nova York. O coordenador do Conselho Indígena de Roraima, tuxaua José Adalberto Silva, ameaçou promover a auto-demarcação da Raposa-Serra do Sol, se, até 10 de outubro, o governo não se manifestar sobre a demarcação da área. ☐

### ATLAS REFLETE ALTA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

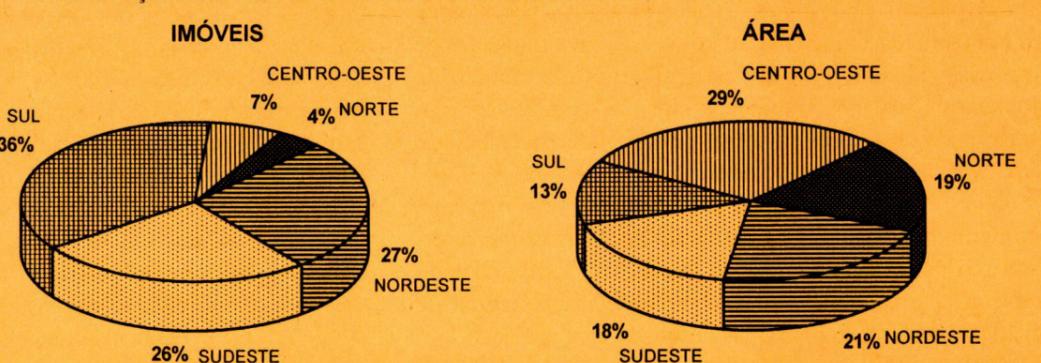
Acaba de sair do prelo o mais irrefutável instrumento de legitimação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - o *Atlas Fundiário Brasileiro*, uma radiografia fundiária do Brasil realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a partir da análise comparativa de cadastramentos feitos pelo órgão em 1940, 1966, 1972, 1978 e 1992. Lançado em setembro pelo ministro Raul Jungmann, da Política Fundiária, o *Atlas* permite concluir que nunca houve reforma agrária no País e que o Brasil apresenta um dos mais elevados índices de concentração fundiária do mundo: 2,3% dos grandes proprietários rurais detêm perto de metade das terras cadastradas no Inbra. São, ao todo, 75 imóveis com mais de cem mil hectares e 42 mil com área igual ou superior a mil ha.

O documento também revela que, nas cinco regiões do País, a maior parte das terras é improdutivo. Somente 28,3% da área dos imóveis rurais cadastrada no Inbra em 1992 está produzindo; 62,4% das terras são im-

produtivas e poderiam ser desapropriadas para fins de reforma agrária. Na Região Norte, 78,8% da área é improdutivo; na Nordeste, 69,5%; no Sudeste, 50,4%; no Centro-Oeste, 62,7% e no Sul, 42,6%. O Amapá lidera o índice de improdutividade (95,11%), seguido pelo Amazonas (90,78%). No Sudeste, o Estado do Espírito Santo apresenta o menor índice de concentração fundiária.

Para medir a taxa de concentração de terras, o *Atlas Fundiário Brasileiro* utilizou o *Índice de Gini*, um indicador estatístico internacional. Quanto mais próximo de zero o indicador, menor a concentração fundiária.

#### DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS IMÓVEIS RURAIS E ÁREA TOTAL (BRASIL, POR REGIÃO)



Fonte: Estatísticas Emergenciais do Recadastramento, 1992 - Atlas Fundiário Brasileiro.

# RESULTADOS DO AMBIENTALISMO OU AMBIENTALISMO DE RESULTADOS?

REGINA SCHARF

## O movimento ambientalista já alcançou o grande público. Agora, seu desafio é garantir a própria sobrevivência

As ONGs são as vedetas da temporada. Nos últimos meses, Imprensa e políticos têm classificado, com frequência, as não-governamentais como sorvedouros de recursos estrangeiros, ameaça à segurança nacional e empreendimentos oportunistas. Enquanto o Congresso Nacional discute a necessidade de se instituir uma CPI das ONGs, o secretário de Segurança do Rio, Nilton Cerqueira, acusa, via *O Globo*, a Human Rights Watch/America, entidade que zela pelo respeito aos direitos humanos, de ser financiada por multinacionais.

Os jornais chegaram a divulgar que 5 mil entidades espalhadas pelo País teriam um orçamento de US\$ 700 milhões. Falou-se até numa perigosa proximidade com o poder. O próprio presidente FHC disse identificar um

novo tipo de entidade: a não-governamental. De fato, cerca de 70% das filiadas da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) mantêm alguma parceria com órgãos públicos. Entretanto, descontados casos isolados de notória picaretagem, as ONGs brasileiras estão muito mais para o impasse que para a bandidagem.

Isto é particularmente claro no caso das entidades ambientalistas. Depois de décadas lutando para ampliar o espaço ocupado pela questão ambiental, elas passam por uma fase em que a grande prioridade é elaborar projetos que as sustentem, até porque a militância pura já não basta. Esta é uma das principais conclusões do seminário "O Ambientalismo Brasileiro: Passado, Presente e Futuro", promovido pela Secretaria do

Meio Ambiente do Estado de São Paulo e pelo ISA, no dia 12/9, com a presença de dezenas de ambientalistas e estudiosos do tema.

Em 1992, no auge da coqueluche verde, havia 1.533 entidades ambientalistas em

CUT, que tinham programas ambientais. "Hoje, mesmo com tal amplitude de conceito, elas não chegam a 900. E, peneirando bem, só umas 400 são realmente dinâmicas", disse, durante o seminário, Samyra Crespo, pesquisadora do



Seminário sobre os rumos do ambientalismo: impasse.

ação no Brasil, incluídas aí organizações profissionais, de pesquisa ou de movimentos sociais ou sindicais, como a

Instituto de Estudos da Religião (ISER) e autora de uma ampla pesquisa sobre os ambientalistas brasileiros. "En-

### ONG, ESTA VILÃ

Depois do cigarro e da Microsoft, as ONGs são as mais novas integrantes do clube das instituições com baixa popularidade. Com o fim da Guerra Fria, das esquerdas e da ditadura, e na falta de inimigo melhor, cientistas, políticos e a mídia parecem unidos na busca dos podres das não-governamentais. Naturalmente, de tanto procurar, sempre acabam achando. Veja os fatos:

- Nos Estados Unidos, os ambientalistas estão deixando de ser vistos como ecochatos para virar terroristas aos olhos de parte do público. Tudo porque a polícia localizou o Unabomber, um militante louco que enviava cartas-bombas a dirigentes de empresas julgadas poluidoras. Um grupo do Estado de Montana, os Soldados Ambientais, organiza patrulhas armadas para impedir escavações em minas de ouro. Já a entidade Earth First! apregoa a necessidade de atos de vandalismo para impedir obras de alto impacto ambiental. Para completar o quadro, um membro da Frente de Libertação dos Animais foi condenado a 57 meses de prisão por ter jogado uma bomba incendiária contra um laboratório da Universidade Estadual de Michigan, onde eram realizadas pesquisas com cobaias.

- O cientista James Lovelock, pai da famosa "Hipótese Gaia", costuma alertar em suas palestras contra o que considera uma visão simplista e ingênua da maioria dos ambientalistas, "bem-

intencionados mas ignorantes". Já o respeitado *Wall Street Journal* resenha livros que falam sobre o "biocentrismo" do ambientalismo americano, para o qual a natureza suplantaria a cultura e os ecossistemas substituiriam o homem como foco central das preocupações éticas.

- O deputado federal Osmir Lima (PFL-AC) tem feito campanha pela constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o papel das ONGs e a origem de seus recursos. Em seu requerimento, ele fala em "ONGs de Pastinha", as quais teriam sido "criadas por indivíduos que saem por aí com documentos numa pasta, apenas com o intuito de obterem vantagens pessoais".

- O governador do Rio, Marcello Alencar, criou no começo do ano um grupo de trabalho para fiscalizar todas as ONGs que se beneficiam de isenções fiscais. "Vou desmascarar aqueles que fazem caixa dois com o dinheiro arrecadado", ameaçou. Já o prefeito César Maia, em meio às críticas que fez ao movimento Viva Rio, escreveu que "ao se arvorarem a representar o povo do Rio, estão intervindo nas instituições democráticas e propondo um golpe tão branco quanto sutil". Em meio ao delírio geral, o secretário de Segurança do Estado do Rio, general Nilton Cerqueira, vociferou: "Quando eu me transformar em vagabundo de luxo, vou criar uma ONG".

quanto nós conversamos, elas continuam morrendo, virando caixas postais ou INGS - Indivíduos Não-Governamentais". O estudo cita, como exemplo de ING, o deputado estadual Carlos Minc (PT-RJ), a personificação da entidade Defensores da Terra.

Segundo Crespo, mais de 70% das ONGs em ação não foram legalizadas, não têm sede ou estatuto. E mesmo as maiores dentre elas dificilmente ultrapassam a barreira de 20 militantes. Quando este quadro se amplia, é graças à contratação de funcionários que, apesar de seu envolvimento com a causa, pautam-se pelas leis do mercado. O estudo verificou, ainda, que 98% das entidades não têm um programa sistemático de capacitação de quadros. "Já faz um ano que a Apedema [que congrega as ONGs cariocas] não consegue quórum para promover uma assembleia", afirma.

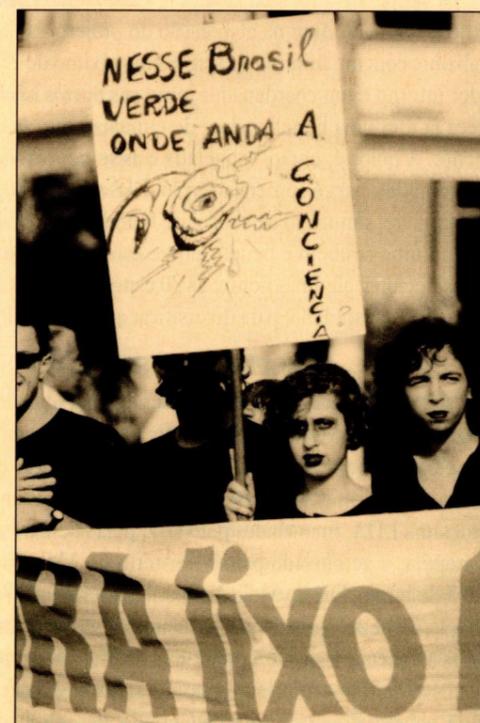
O ambientalista médio, segundo o estudo citado, é um homem entre 25 e 45 anos, da classe média, com nível universitário, geralmente um profissional liberal. En-

tre os militantes, são poucos os estudantes e donas de casa que, teoricamente, dispõem de mais tempo livre. Entretanto, cerca de 9% das lideranças ambientalistas têm mais de 60 anos.

Evidentemente, generalizações não são fáceis, mas Samyra Crespo divide as ONGs em dois grandes grupos, segundo suas linhas de

ação. No primeiro, majoritário, prevalece o amadorismo e o voluntarismo, o vínculo com a comunidade onde atua e uma postura mais radical, ligada a campanhas de denúncia e reivindicação. O segundo grupo é composto por entidades de perfil profissional, que recebem verbas de outras organizações, em geral estrangeiras, e trabalham com projetos específicos.

Poucas entidades mantêm campanhas sistemáticas de levantamento de fundos. Cerca de 68% atuam com orçamentos anuais abaixo de US\$ 10 mil, e 26% vivem com até US\$ 50 mil. Para superar a falta crônica de dinheiro, surgiu um caminho natural, pós-92: a profissionalização, impulsionada por exigências do Fundo Nacional do Meio Ambiente, principal fonte governamental de recursos. Cada vez mais, as novas entidades passam a contar com financiamentos externos. "Nunca a questão ambiental foi tão bem no Brasil. Nunca foi tão debatida, cercada de uma aura de respeitabilidade. Mas o movimento, em si, está enfraquecido", conclui. ☒



Militância já não basta para que as ONGs sobrevivam.

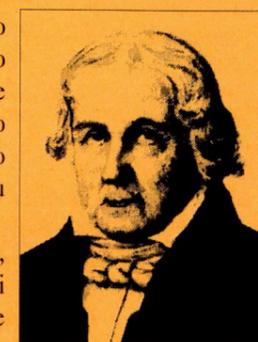
### MILITÂNCIA NÃO É DE HOJE

As raízes do ambientalismo brasileiro são muito mais antigas do que se imagina. Embora popularizado nos países ricos, na segunda metade deste século, ele tem origens muito mais remotas, quase insuspeitas, nos trópicos. "O ambientalismo não nasceu na Europa ou nos Estados Unidos, mas nas colônias do Sul, inclusive o Brasil", afirma José Augusto Pádua, pesquisador e militante há duas décadas, hoje professor do ISER, no Rio. "Foi na Índia, na África do Sul, no Caribe, na América do Sul e na Austrália que o modelo destrutivo de ocupação colonial começou a ser questionado". O impacto causado pelas monoculturas do café e da cana promoveram um ritmo de destruição sem precedentes. Pádua cita um relatório feito na Índia por um funcionário colonial, em 1864, onde o desmatamento é associado ao aumento das enchentes, à erosão do solo e às mudanças climáticas. "Nos países ricos, o ambientalismo tem uma origem estética, ética ou científica. A natureza é interpretada através da arte, da filosofia ou da ciência", explica. "Já no Brasil, ele surge no fim do século XVIII já numa forma política. Ele nasce preocupado com um projeto político para o País, com a crítica ao escravismo, ao latifúndio e ao mau trato da terra".

Além de Patrono da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva foi um dos primeiros ambientalistas de que se tem notícia. Em 1823, o primeiro ministro escreveu, em meio a textos em defesa das baleias e pelo fim da escravidão, que "em menos de dois séculos nosso País ficará reduzido aos desertos da Líbia". Sessenta anos depois, foi a vez de Joaquim Nabuco fazer um diagnóstico da situação ambiental do Brasil, de Norte a Sul. Ele prognosticou o esgotamento da fertilidade do Rio de Janeiro, a derrocada da indústria da cana e a expansão da seca no Nordeste, e os riscos do crescimento da indústria paulista, "assentada sobre os pés de barro da cultura única do café".

Na virada do século, era a vez de Euclides da Cunha, com sua visão apocalíptica do futuro das monoculturas e da consequente esterilização da terra. Mas a figura mais curiosa desse proto-ambientalismo é o jurista carioca Alberto Torres, um dos gurus de Getúlio Vargas, que clamava, em 1915, contra o homem, "esbanjador aventureiro das riquezas naturais da Terra". Seus escritos inspiraram uma legião de seguidores que, nas décadas seguintes, abriram cerca de mil escritórios da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que se propunha a promover o uso racional dos recursos naturais.

"Daí para a frente, o ambientalismo ganhou um caráter bem mais científico, com a participação ativa de especialistas", afirma José Augusto Drummond, da Universidade Federal Fluminense. "Na década de 60, por exemplo, surge a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), formada por cientistas naturais que trabalhavam com aves e primatas". Durante os governos militares, o ambientalismo desmobilizou-se, para voltar com força total após a Abertura e atingir seu ponto máximo, em termos numéricos e de exposição à mídia, durante a ECO-92.



José Bonifácio.

•**Hipérbole** - O candidato do PPB à Prefeitura de São Paulo, Celso Pitta, tem um programa ambiental para lá de megalomaniaco. Ele promete construir um novo Parque do Ibirapuera - maior área verde da cidade - onde hoje está o presídio do Carandiru, mais conhecido pelo massacre ocorrido há quatro anos. Fala na construção de dois incineradores de lixo, uma tecnologia altamente controversa. Pitta também prevê a criação de faixas de circulação exclusivas para carros com mais de dois passageiros. Por fim, jura que construirá 300 km de ciclovias até o ano 2.000, em contraste com os 13 km implantados pela gestão atual, de seu padrinho, Paulo Maluf.

•**Programa de Índio** - A Funai pretende abrir várias reservas indígenas à visitação turística a partir do ano que vem. Está sendo elaborado um programa-piloto que prevê um envolvimento máximo da comunidade e a capacitação de guias índios em aldeias Kayapó (PA), Xavante (MT) e Tukano (AM). O órgão aguarda recursos do Ministério do Meio Ambiente para o treinamento de 20 técnicos lotados na Amazônia. Os investimentos em infra-estrutura deverão ser mínimos, com a construção de malocas que receberão grupos de até oito turistas por um período de sete dias.

•**Boquinha** - Em decisão polêmica, o Ibama está voltando a recolher a taxa de reposição florestal, paga por consumidores de madeira. A norma vale apenas para os pequenos consumidores, basicamente pizzarias e olarias, que consomem até 1.200 m<sup>3</sup> de lenha por ano. O dinheiro ficará a cargo de cada superintendência estadual do órgão, para ser aplicado no reflorestamento do próprio estado onde foi recolhido. O problema é que durante 20 anos - até o início do ano passado - o órgão recolheu esta taxa, e nunca ficou claro onde o dinheiro foi parar. Desde então, a incumbência de replantar a madeira consumida ficou a cargo dos próprios consumidores, que em geral pagavam terceiros - empresas reflorestadoras e associações de reposição florestal -

para cumprir a tarefa. Espalhadas por metade do país, as associações estão arrepiadas com a decisão, com medo de serem podadas pelo órgão, interessado em garantir essa boquinha.

•**Protesto** - Uma grande manifestação reuniu mais de 800 índios de várias etnias em Boa Vista (RO), no dia 16/9. Após três anos de espera e já esgotados todos os prazos protelatórios do decreto 1.775, os manifestantes anunciaram em alto e bom som que, se não houver decisão sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol até 10/10, partirão para a auto-demarcação, seguindo os limites anteriormente identificados pela Funai.

•**Protesto II** - Durante a manifestação, foi denunciada a realização de eleições, em 3/10, para a criação dos municípios de Uiramutã, sediado em um garimpo situado dentro da Raposa-Serra do Sol, e de Pacaraima, vila na fronteira com a Venezuela, localizada dentro da Terra Indígena de São Marcos. Estas eleições estavam suspensas por uma liminar da Justiça Federal de primeira instância, derrubada pelo Tribunal Regional Federal. Os índios ameaçam reagir contra a absurda decisão. Mais conflito à vista.

•**Todo poder aos extrativistas** - Júlio Barbosa de Aquino, do Conselho Nacional dos Seringueiros, é o candidato do PT que deve levar a Prefeitura de Xapuri (AC), quebrando uma tradição histórica de latifundiários à frente, do poder municipal.

•**Presente de grego** - A multinacional do petróleo Occidental, que já extrai 200 mil barris diários em onze países, anda negociando com índios da Amazônia equatoriana. Pelo direito de explorar suas terras, ela oferece motosserras, remédios e capas de chuva. Enquanto isso, o consórcio Mobil-Elf-Exxon já começou a prospectar na região de Madre de Dios, no Peru, onde vivem 19 povos indígenas, inclusive os Yaminahua, Mashco-Piro e Amahuaca, ainda não contatados.

## PLANTANDO FRUTAS NA FLORESTA

REGINA SCHARF

### Cooperativa preserva o solo do Acre e ganha dinheiro com espécies amazônicas

Encravado entre o Acre, Rondônia, Amazonas e Bolívia, um grupo de migrantes vindos de todo o Brasil está conseguindo ganhar dinheiro com frutos nativos da Amazônia, evitando o avanço da derrubada da floresta. O Projeto Reça (Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado), como é conhecido, foi criado em 1989 num assentamento do Inera em Nova Califórnia (AC). Ao todo, são 274 famílias que colheram 220 mil toneladas de pupunha e cupuaçu numa área de 570 ha, só na última safra. Os cooperados industrializam os frutos e sementes, para aumentar seu valor agregado. Segundo Hamilton Condack, um dos coordenadores, amostras da polpa de cupuaçu produzidas pelo projeto estão sendo enviadas para análises nos Estados Unidos, para buscar novos mercados para o produto. "Esse é o tipo de projeto que poderia se expandir por toda a Amazônia", avalia o geógrafo Aziz Ab'Saber, decano do ambientalismo nacional. "O plantio consorciado de frutos nas bordas de áreas agropecuárias pode ajudar a recuperar ilhas de castanheiras que morrem em meio às pastagens, por falta de agentes polinizadores".

Em 1984, quando receberam seus lotes, os agricultores só conseguiam chegar a Nova Califórnia graças às estradas abertas pelos seringueiros, já que as picadas feitas pelo Inera tinham voltado a se fechar. Além de remota, a região tinha um solo muito pobre e era assolada pela malária. Após várias tentativas de plantar café, feijão e cacau - as soluções mais óbvias para quem vinha dos principais pólos agrícolas do Centro-Sul - os migrantes viram que aquelas culturas eram economicamente inviáveis na região. O solo não aguentava a mecanização, já que a camada mais fértil é muito superficial. O sol quente queima as áreas desmatadas, endurecendo a terra. Reunidos em cooperativa, eles decidiram então banir as queimadas e investir no plantio consorciado de frutas nativas, como o cupuaçu, a pupunha e a castanha. Dúzias de mudas foram plantadas em áreas reduzidas, para evitar que o solo ficasse a descoberto.

A cooperativa foi auxiliada pela Pastoral da Terra e pela Universidade Federal do Acre na elaboração do projeto. Hoje, há 13 grupos de trabalho, com um mínimo de sete e um máximo de 28 famílias, com um líder interno e um coordenador junto aos outros núcleos do projeto. O Reça já tem uma beneficiadora de cupuaçu, que separa a polpa da semente. A polpa é, então, congelada e as sementes são ferveridas, secas e fermentadas, para a comercialização. Elas são vendidas para a indústria do cupulate, simulacro de chocolate feito à base de cupuaçu. O palmito da pupunha também é beneficiado e comercializado. O próximo passo será selecionar algumas dentre as 20 espécies de frutos amazônicos que o grupo tem estudado, para diversificar a produção do projeto.

#### SELEÇÃO TROPICAL

O Projeto Reça é uma das vedetes de uma série de vídeos e cartilhas produzida pelo Ministério do Meio Ambiente, batizada de "Seleção Tropical". Ela apresenta alternativas de preservação e manejo de recursos naturais promovidas na Amazônia e na Mata Atlântica, no âmbito do programa PDA, financiados pelo G-7, pela Alemanha e a Comunidade Européia, e gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente. Lançada em 5 de junho, Dia do Meio Ambiente, a série inclui produções sobre a criação de peixes promovida em açudes abertos pelos Kaxinauá (AC) e sobre a Fazenda Piauí (BA), uma área de Mata Atlântica recuperada com o cultivo de flores tropicais e pupunha. Acaba de sair o último vídeo da série, sobre o Projeto Frutos do Cerrado, desenvolvido no sul do Maranhão (veja o artigo ao lado). ☐

## PROJETO UNE ÍNDIOS E TRABALHADORES RURAIS

MARLI SANTOS

### Industrialização da bacaba, jussara e buriti ajuda a manter o cerrado de pé no Maranhão

O Projeto Frutos do Cerrado conseguiu unir, de forma inédita no Brasil, nove cooperativas de pequenos produtores rurais do sul do Maranhão, uma Prefeitura do Estado do Tocantins e a Associação dos Povos Timbira, também conhecida como Associação Vyty-Cati, sob a coordenação de duas ONGs, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI). A parceria foi montada em prol de um sonho comum: manter o cerrado em pé, preservando as áreas não desmatadas, recuperar as áreas degradadas e ainda gerar renda.

A idéia surgiu de debates entre o CTI e os próprios índios sobre o futuro deles frente à pressão externa. O objetivo era descobrir formas alternativas de uso do território indígena. Nessa discussão, explica Gilberto Azanha, antropólogo do CTI, os índios disseram que possuíam muitos frutos e que poderiam vendê-los. Nasceu, então, a idéia de processar os frutos existentes nas terras indígenas.

O CTI conseguiu recursos para a aquisição de uma máquina de processamento de frutos para a Associação Vyty-Cati. Mas somente a produção das terras indígenas não seria suficiente para abastecer a fábrica. Assim, foi iniciada uma parceria com as cooperativas de pequenos produtores rurais ligadas ao Centru. A união de índios e produtores rurais permitiu a apresentação do projeto "Frutos do Cerrado" ao PDA, que aprovou recursos da ordem de US\$ 1,2 milhão.

#### MAIS DIFÍCIL DO QUE PARECE

O principal desafio do projeto é a comercialização do produto, registrado como Fruta Sã. O segundo ponto de estrangula-

mento é a capacidade de processamento de polpa pela fábrica instalada na cidade de Carolina, no Maranhão. Antes, a falta de frutos inviabilizava o funcionamento da fábrica, mas a parceria com produtores rurais, abrangendo dez municípios, reverteu o processo. Agora, a processadora precisa ser ampliada para atender a demanda estimada para a próxima safra.

Os recursos do PDA estão chegando às cooperativas, à Prefeitura, que dá apoio aos Timbira, e à coordenação do projeto desde abril. Nesses cinco meses, já foi possível adquirir veículos para o transporte de frutas, freezers e rádios para a comunicação entre os pontos de coleta e carregamento. No final de três anos, o projeto deve se manter com os recursos da comercialização do produto. Cada cooperativa recebe diretamente do PDA o recurso e faz a prestação de contas, sob o acompanhamento da coordenação.

O agrônomo do CTI Augusto Marcos Santiago explica que o pequeno produtor da região tem, em média, 100 ha de terra. "Essas propriedades geralmente têm dois rioszinhos, e o produtor explora as matas de galeria para o plantio da roça de subsistência". Essa cultura anual, diz Augusto Santiago, está sujeita à incidência de chuvas na época certa. Se faltar uma delas, há risco de perda da produção. A idéia do projeto Frutos do Cerrado é fazer com que a área geradora de renda não seja só a roça, mas o cerrado como um todo.

Nessa primeira fase do projeto, os produtores estão fazendo o levantamento de suas propriedades no que se refere à incidência de frutos, quais as espécies e a quantidade de árvores de cada fruto e qual a produção anual. Por exemplo, são produzidos 200 kg de de cajá por ano. Depois dessa



MARLI SANTOS

Rumo ao trabalho: índios plantam frutas nativas e recuperam áreas degradadas.

fase, o produtor vai verificar se na sua propriedade será necessário o plantio de mais espécies já detectadas na área, mas que, por um motivo ou outro, foram derrubadas. Nas áreas onde serão implantadas as roças, o produtor não derrubará mais as árvores frutíferas, plantando o arroz e a mandioca, por exemplo, no meio das árvores. Para garantir a produção de frutos, o produtor terá, também, que controlar o fogo.

Cada produtor monta um roteiro de coleta das frutas dentro de sua propriedade, explica Augusto Santiago. O produto, depois de colhido, é levado para um ponto de recolhimento. O caminhão da cooperativa leva, então, o fruto para a sede, onde ele receberá um primeiro tratamento para ser levado para a fábrica. Na indústria, ele é processado, ensacado e resfriado. Uma parte é comercializada pela própria cooperativa e a outra é vendida nos mercados regional e nacional.

Os técnicos da CTI detectaram 49 frutos do cerrado e escolheram nove deles para fazer parte do projeto: cajá, bacaba, jussara, mangaba, bacuri, murici, cajá, buriti e araçá. Eles foram escolhidos por já possuírem um pequeno mercado consumidor e pela facilidade no processamento.

No cerrado, os solos são profundos e bem drenados, com duas estações definidas: uma chuvosa e outra seca. Essa área, segundo Santiago, não deveria ser utilizada para culturas anuais. O melhor, segundo ele, é aproveitar a riqueza do ecossistema. "As frutas estão aqui e o mercado está lá, só faltava o meio", diz.

#### PARCERIA

O presidente do Sindicato Rural de São Raimundo das Mangabeiras, Joaquim Alves de Souza, explica que a parceria com os índios não foi difícil. "O índio é um trabalhador rural como nós, que vivemos da roça e do artesanato", diz. O presidente da Associação Vyty-Cati, José de Torino Krikati, explica que os índios usam as frutas desde crianças. Agora, com a possibilidade de vender essa produção, eles vão continuar cuidando para que o cerrado fique de pé e para que sobre também frutos para os bichos. O homem branco, segundo ele, não se preocupa com os alimentos dos animais. Fazem parte da Associação as aldeias Krahó, Apinajé, Krikati, Canela do Ponto, Canela Porquinhos e Gavião Pukobie. ☐

Marli Santos é assessora do PDA, do Ministério do Meio Ambiente.

## Dos nacionalistas-conservadores aos globalistas-progressistas-sustentabilistas, o que os brasileiros pensam da maior reserva de biodiversidade do planeta

A política amazônica do Brasil vive um impasse devido à extraordinária complexidade dos atores envolvidos e seus alinhamentos. Existem seis posições principais no governo e na sociedade brasileira com relação à questão: nacionalistas-conservadores, nacionalistas-progressistas-sustentabilistas, globalistas-conservadores, globalistas-progressistas, globalistas-conservadores-sustentabilistas e globalistas-progressistas-sustentabilistas. Em quase todas as instituições existem representantes de várias delas.

Os nacionalistas-conservadores são favoráveis a continuar a política desenvolvimentista da Amazônia estabelecida pelo governo militar na década de 60 (com estímulo às migrações e ao garimpo, grandes hidrelétricas, rápida exploração mineral, rápida aculturação dos ín-

dios, incentivo à exploração generalizada da madeira), ainda que cuidando de limitar os aspectos mais irracionais do desmatamento. Hoje, eles são minoritários nas Forças Armadas e na burocracia civil, porém são fortes no setor menos eficiente e internacionalizado do empresariado e nas populações urbanas da Amazônia (em particular as novas elites político-econômicas).

Os nacionalistas-progressistas-sustentabilistas são favoráveis a uma política de contenção das atividades econômicas em larga escala (particularmente aquelas controladas por corporações transnacionais) e do garimpo. Também apóiam atividades extrativistas em pequena escala, desenvolvidas por índios, seringueiros e ribeirinhos. Uma parte substancial da Amazônia deveria ser preservada pelo seu valor estético e científico, ainda que a associação entre biodiversidade e biotecnologia devesse ser encarada com extrema prudência. Os NPS valorizam uma forte intervenção do Estado tanto como operador dos sistemas produtivos quanto para promover o bem-estar social. Eles têm expressão significativa nas Forças Armadas e minoritária na burocracia civil e estão fortemente representados no ambientalismo *strictu sensu* e no socioambientalismo. São importantes no frágil Partido Verde e minoritários no PT e outros partidos de esquerda.

Os globalistas-conservadores são favoráveis a um estímulo indiscriminado a investimentos estrangeiros na Amazônia (sobretudo nas áreas de mineração, energia, madeira, transportes e aproveitamento direto e imediato da biodiversidade), e à promoção de imigração nacional e internacional para a região. Para os GC, a Amazônia é uma área destinada a ser ocupada por atividades econômicas, desde que não promovam um desmatamento excessivo, que coloque em risco a estabilidade do clima regional e a responsabilidade exigida no Brasil pela comunidade internacional. O papel do Estado restringir-se-ia apenas a garantir o estado de direito e a atenuar as formas extremas de pobreza; a lógica do mercado mundial deveria trazer a prosperidade à região. Os GC têm posição minoritária na burocracia civil e militar e são muito fortes nos

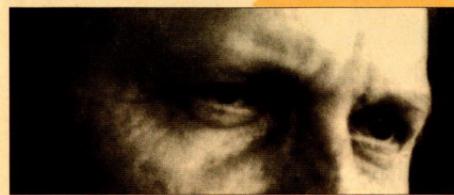
setores mais internacionalizados do empresariado e no segmento gerencial das corporações transnacionais radicadas no Brasil. A nível partidário, são expressados pelos setores modernos do PFL e do PPB.

Os globalistas-progressistas têm posições similares aos globalistas-conservadores com relação à rápida exploração dos recursos da Amazônia, porém diferentemente destes são favoráveis a uma intervenção incisiva do Estado Nacional para consolidar o estado de direito e atenuar as assimetrias sociais. Os GP são muito fortes na burocracia civil e crescem bastante nas Forças Armadas. São importantes nas camadas médias urbanas do Sul-Sudeste. Têm expressão em setores importantes do PSDB e do PT.

Os globalistas-conservadores-sustentabilistas são favoráveis a preservar intacta uma parte muito vasta da Amazônia. O eixo de seu programa resume-se na implantação de unidades de conservação, na contenção das migrações e no controle drástico do crescimento populacional na região. Para os GCS, as funções fundamentais do Estado Nacional seriam repressivas com respeito às atividades predatórias e de coordenação com organizações intergovernamentais e não-governamentais internacionais na implantação e gerenciamento das unidades de conservação. Os GCS são marginais dentro da sociedade brasileira (pequeno setor do ambientalismo), mas contam com expressivos apoios na comunidade ambientalista internacional.

Os globalistas-progressistas-sustentabilistas são favoráveis a uma combinação de preservação e desenvolvimento sustentável com alta tecnologia para a Amazônia. Isto envolve o fortalecimento do estado de direito com o aumento da presença da União (Justiça, polícia e Forças Armadas) e o combate ao narcotráfico, ao garimpo predatório e ao desmatamento irracional. Inclui também a proteção das comunidades indígenas, o desestímulo à migração de trabalhadores não qualificados, a definição e demarcação das propriedades públicas, comunitária e privadas, a consolidação do zoneamento ecológico-econômico; e a a ampliação da cooperação internacional. Para os GPS, o Estado federal deve ocupar um papel estratégico complementar às tendências sustentabilistas do mercado mundial (consumidores verdes e ISO 14.000) para o desenvolvimento da Amazônia. Os GPS ocupam posição importante em algumas áreas do aparelho de Estado (Ciência e Tecnologia, Assuntos Estratégicos e Meio Ambiente), na comunidade científica, no setor ambientalizado do empresariado (expressado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável) e no setor mais profissionalizado das ONGs ambientalistas. A nível partidário, têm alguma expressão no PSDB. ■

Eduardo Viola é professor titular do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e professor visitante da Universidade de Stanford.



O economista Ignacy Sachs é um autêntico globetrotter. Nascido na Polônia, formado no Brasil, com doutorado na Índia e radicado na França, ele é um dos mais respeitados pensadores na área ambiental da atualidade. De sua ampla vivência nos dois hemisférios, formou um pensamento coeso sobre o que dá ou não dá certo em termos de preservação dos recursos naturais. Em agosto, Sachs realizou uma de suas freqüentes visitas ao Brasil, e em meio a uma agenda repleta de compromissos acadêmicos, proferiu uma palestra a convite do Curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade de São Paulo. Abaixo, segue-se um esboço de seu pensamento, um pequeno extrato da palestra:

• O desejo de mais, cada vez mais, é o caminho que leva à destruição. Um americano médio gasta em sua vida pelo menos 120 vezes mais energia que um bengali. É nesse consumo, e não na explosão demográfica, que se origina o risco de escassez de recursos.

• Neste fim de século, ocorre uma crise generalizada nos modelos de desenvolvimento. O *Welfare state* só funcionou bem quando não se precisava dele, quando havia pleno emprego e o sistema de saúde não era sobrecarregado. Agora, ele já não é capaz de resistir às incursões do neoliberalismo.

• Há seis dimensões importantes na sustentabilidade: social, cultural, ecológica (referente ao capital da Natureza), ambiental (capacidade do meio receber e processar resíduos), territorial (ligada à distribuição espacial das atividades humanas) e econômica.

• Para evitar a armadilha do crescimento involutivo - a redução progressiva das taxas de crescimento da economia mundial - é necessária uma regulação que passe pelo social, o econômico e o ecológico. Apenas soluções triplamente vencedoras são válidas.

• Deveríamos pesquisar a História Ecológica da Humanidade. Analisando a forma de interação das diferentes culturas com os vários ecossistemas, obtém-se a diversidade cultural, que caminha junto com a biodiversidade. Obtém-se, também, dados sobre a adaptabilidade das diversas civilizações, capazes de fornecer novos elementos para este debate.

• A Rio+5, à exemplo da ECO-92, deverá representar um surto de produção retórica, seguido de

um vácuo, que irá até a Rio+10. Afinal, o principal documento da ECO-92, a Agenda 21, redigida no complexo dialeto Onusiano, até hoje não foi implantada.

• O problema rural será o mais importante da Humanidade nas próximas décadas. Se não forem gerados empregos no campo, sobretudo pela expansão da agricultura familiar, a sustentabilidade social será posta em xeque.

• Não acredito no futuro do extrativismo da seringueira na Amazônia. Ele não pode competir com a borracha vinda de florestas plantadas, a não ser que sejam criadas ilhas de seringueiras na floresta. Nesse caso, como levaremos os serviços de saúde e culturais a essas populações? Também seria fundamental agregar valor ao produto *in loco* e buscar economias complementares que não prejudicassem a floresta, como a criação de animais aquáticos. No caso específico da produção de couro vegetal, ela não pode ser garantida apenas pelos mecanismos de mercado, mas pode ser estimulada pelas políticas públicas e pela eventual concessão de subsídios.

• Hoje, há quatro tipos de empresas: as que pintam tudo de verde de olho em suas Relações Públicas, o que chega a ser ridículo; as que têm a coragem de dizer que vão resistir às normas; as que vivem no sistema atual e produzem, poluem e despoluem, sustentando os ecoregócios; e as que internalizam a problemática ambiental e produzem com tecnologia limpa, a preço de ouro. Neste contexto, não acredito muito em normas como a ISO14.000, a menos que haja políticas para impô-las. ■

## DEU A LOUCA NOS BANCOS

Outro dia, o correio me trouxe uma correspondência intrigante: um cartão de crédito Itaúcard-Mastercard, com meu nome gravado, válido até 08/99. Junto, folhetos explicando a promoção pela qual eu estaria isento dos seis meses de taxa de anuidade e com limite de crédito aprovado. O intrigante é que não pedi nada.

O contrato tinha quatro páginas com letras miudinhas e dezoito cláusulas. Nenhuma, nem os folhetos, nem as cartas, informava o preço do cartão. Liguei para 0800-78.4499, número para "desbloquear", e fui informado de que ele custaria R\$ 48,00 por ano. "O senhor quer cancelar?", perguntou a moça, surpresa. "Quer, bem. Já tenho cartão de crédito. Se quisesse, teria pedido."

No dia seguinte, chega uma correspondência do Unibanco (onde também tenho conta). Era um contrato, assinado, de Seguro Por Acidentes Pessoais Univisa, apólice número APC 0790, prometendo R\$ 50 mil para minha mulher se eu bater as botas e R\$ 50 mil pela minha "invalidez por acidente" - vade retro. Emitido em 31/07/96, estipulava "início de vigência" em 19/07/96, o que é um desafio às leis da Física. Como já estávamos em agosto, dei-me conta - caí em mim, seria melhor - que tinham começado a descontar R\$ 14,00 por mês da minha conta, por um seguro que não pedi, antes de me avisarem.

Agora, imaginem se eu estivesse viajando, na Tasmânia? E se voltasse daqui a seis meses? E se o zelador do prédio perdesse a correspondência? E se o contrato se extraviasse? Iam ficar descontando? Fui ao gerente do banco e ele perguntou: "Mas você não reparou no desconto, no extrato da sua conta?" É lógico que não.

Fiz um escarcêu. Disse que aquilo era um roubo. Que ia denunciar ao Procon. O gerente pediu desculpas, admitiu que os bancos estão loucos e mandou devolver a grana descontada. Aproveitando o ensejo, perguntei os preços (novos) dos serviços que o Unibanco, graciosamente, presta. Ai vão: Cartão de Crédito, três prestações de R\$ 23,00, por ano; Cheque Especial, R\$ 19,00 a cada três meses; Talão de Cheque, um gratuito por mês, R\$ 5,20 pelo segundo; um DOC (Documento de Operação de Crédito), R\$ 11,00; um Extrato de Conta Corrente gratuito por semana, o segundo, R\$ 1,20. Tudo descontado automaticamente no extrato da conta (que você mal lê).

Como se sabe, os bancos não têm mais inflação para administrar. Dezessete já foram fechados. Vários estão mal. Não há compradores para todos os bancos estaduais falidos, ainda que Deus, em pessoa, convença os governadores a vendê-los. O setor financeiro vai encolher mais. Por isso, o Banco do Brasil (que teve, em 1995, o maior prejuízo anual de um banco na história mundial do sistema bancário) compra 50 mil talões de cheque a R\$ 0,35 cada e cobra R\$ 4,50 pelo segundo talão.

Se os bancos quebram, levam, em cascata, as empresas com as quais operam, os clientes e uma parte do PIB. É melhor que não quebrem. O Sindicato dos Bancários já fez passeata em São Paulo contra as tarifas abusivas. O Procon do Distrito Federal encaminhou ao Congresso um abaixo-assinado contra a liberação da cobrança. Não vai adiantar. Pelo menos, informe-se do preço de cada serviço e procure o banco mais conveniente. Abra o olho. ■

Alguns Estados, como Minas, Goiás e Bahia, estão quase totalmente cobertos por requerimentos de pesquisa.

De acordo com a Constituição Federal e a legislação minerária, a mineração é realizada através de autorização de pesquisa e concessão de lavra outorgada pela União. Assim, o primeiro passo para quem deseja minerar no Brasil é requerer ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) uma ou mais áreas para a realização de pesquisa mineral.

A pesquisa mineral constitui o conjunto de atividades técnicas destinadas à procura, descoberta, avaliação e determinação da viabilidade econômica da lavra de um determinado depósito mineral. A lavra, por sua vez, é o conjunto de todas as operações coordenadas que vão desde a extração do minério e o seu transporte até o seu beneficiamento final, que o transforma em concentrado mineral passível de utilização na indústria ou na agricultura. A pesquisa mineral é a atividade de maior risco econômico-financeiro que existe. Já a lavra, de uma maneira geral, apresenta risco igual ao das demais atividades industriais.

O Brasil possui variados ambientes geológicos promissores à existência de recursos minerais. Por outro lado, sua geologia é, ainda, pouco conhecida, principalmente na Amazônia, o que torna o Brasil um dos poucos extensos territórios do planeta que mostram grande atrativo exploratório para as empresas de mineração que atuam em escala global. Assim, é natural que o País seja procurado para a realização de atividades exploratórias.

Embora o capital estrangeiro seja, desde 1934, totalmente livre para atuar na mineração brasileira, tradicionalmente, o capital nacional, privado e estatal, sempre foi amplamente majoritário na realização de pesquisas minerais.

De acordo com o DNPM, foram investidos na década de 80, em média, cerca de US\$ 160 milhões por ano em pesquisa mineral, sendo 30% pelo capital nacional estatal, 32% pelo capital nacional privado e 38% pelo capital estrangeiro. Nos anos 90, os valores investidos caíram muito, com médias anuais em torno de US\$ 50 milhões. Em 1994, 59% do capital era nacional estatal, 28% era nacional privado e 13% era estrangeiro.

Os adeptos do capital estrangeiro argumentam que a queda nos investimentos em pesquisa mineral e a diminuição do percentual das empresas estrangeiras derivaram da nacionalização da mineração ocorrida por força da Constituição de 1988.

Embora esta nacionalização, que foi apenas parcial, tenha contribuído para a diminuição dos investimentos em pesquisa mineral, constitui evidente exagero considerá-la como principal responsável pela queda nas suas atividades. Em realidade, a diminuição das atividades em pesquisa que aconteceu no Brasil constituiu o reflexo de um fenômeno mundial: a crise global da mineração, causada pelo forte aumento da oferta e diminuição da demanda e a conseqüente baixa dos preços, com a resultante redução das atividades exploratórias em todo o mundo.

No caso brasileiro, outro agravante da redução dos investimentos em pesquisa mineral foram as elevadas taxas de inflação e a recessão econômica persistente, vigorantes desde o início dos anos 80, incompatíveis com esta atividade de alto risco.

Contudo, tem ocorrido no Brasil um grande paradoxo em relação à pesquisa mineral: enquanto diminuíam os investimen-

tos nesta atividade, aumentava significativamente o número de requerimentos de pesquisa, conforme pode ser observado na tabela abaixo. Observe-se que a média anual de requerimentos no período pós-Constituinte (1989-1995) é 49% superior àquela anterior ao advento da Constituição Federal.

Ano	Nº de requerimentos de pesquisa
1986	11.100
1987	12.100
1988	11.985
1989	13.666
1990	8.847
1991	11.046
1992	14.675
1993	28.020
1994	25.846
1995	37.898
1986/1988*	11.728
1989/1995*	17.500

\*média do período

gicamente promissoras.

Realmente, parte do aumento significativo de requerimentos de pesquisa no Brasil tem propósitos especulativos. Isto ocorre principalmente porque agora está havendo um aquecimento das atividades exploratórias em todo o Mundo, tendo em vista o fim da crise mundial da mineração, que deverá ocorrer nos próximos anos com o equilíbrio que se anuncia entre a oferta e a demanda de bens minerais. A outra parte é resultante do efetivo interesse exploratório de empresas de mineração, nacionais e estrangeiras, que realmente têm condições de realizar investimentos em pesquisa mineral, além da motivação resultante do fim das restrições ao capital estrangeiro, da redução da carga tributária, da inflação e da estabilização da economia brasileira.

De qualquer maneira, o certo é que o Brasil está sendo loteado pelas empresas de mineração. Existem Estados como, por exemplo, Goiás, Minas Gerais e Bahia, que estão, praticamente, totalmente cobertos por requerimentos de pesquisa.

Caso houvesse fiscalização dos direitos minerários no Brasil, este loteamento não estaria ocorrendo. Seus titulares seriam obrigados a efetuar os investimentos previstos nos orçamentos que se comprometeram a realizar, ou teriam seus títulos minerários caducados, abrindo-se espaço para as empresas de mineração efetivamente interessadas na pesquisa mineral. Avaliações superficiais indicam que, se o Governo brasileiro realizasse a fiscalização prevista na legislação minerária, anualmente seriam aplicados em pesquisa mineral no País investimentos da ordem de US\$ 500 milhões ao ano. ☒

Wanderlino Teixeira de Carvalho é geólogo e mestre em Administração e Política de recursos minerais.



LUX VIDAL

O município de Oiapoque, situado no extremo Norte do País, no Estado do Amapá, está prestes a eleger pela primeira vez um prefeito índio e socialista. João Neves, 34 anos, da etnia galibi maruorno, nasceu na aldeia Cumarumã e foi criado à beira do Rio Uaçá, perto da fronteira com a Guiana Francesa. É considerado representante dos povos indígenas que vivem nas três reservas da região, a cerca de 600 quilômetros de Macapá, e deve colher mais de 40% dos votos dos 4.231 eleitores do município. Seus adversários são o candidato do PF, Ceará do Sacolão, e o do PSDB, Sérgio Gomes, integrante do grupo político que controla a prefeitura de Oiapoque há 15 anos. João Neves concorre ao cargo pelo Partido Socialista Brasileiro e conta com apoio do governador do Amapá, João Capiberibe, e do administrador socialista da cidade guiana vizinha de Saint Georges, Georges Effro.

Neves deixou sua aldeia natal para estudar em Macapá aos 10 anos. Courseou o segundo grau num colégio interno em Castanhal, no Pará, e iniciou sua trajetória política na Câmara Municipal, elegendo-se vereador com 87 votos. É presidente afastado da APIO (Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque). Há dois anos, filiou-se ao PSB, depois de transitar pelo PDT desde 1988. Concentra nas áreas de saneamento básico, saúde, educação e agricultura suas prioridades de campanha.

**Parabólicas** - Como o sr. começou a se interessar por política? Qual foi sua trajetória?

Sai de minha aldeia cedo para estudar. Foi no colégio que senti pela primeira vez a discriminação contra meu povo - nós éramos rejeitados no refeitório, onde nos obrigavam a comer em separado. Também tínhamos de ficar sempre no fim da fila. Comecei a lutar por uma situação de vida melhor para os povos indígenas de Oiapoque. Iniciei meu trabalho dentro das aldeias até chegar a vereador.

**Parabólicas** - Quais os seus projetos para o setor de saneamento básico na cidade?

Hoje, este é o problema central de todas as cidades do Amapá. Os projetos que temos são muito simples: vamos, por exemplo, trabalhar o sistema de abastecimento bairro por bairro, até atingirmos toda a população. Queremos usar a experiência do trabalho em comunidade para implantar mutirões. Com a cooperativa dos moradores de cada bairro, encontraremos soluções em conjunto para todos os problemas. A parceria com o governo de Estado e ONGs francesas também é fundamental.

**Parabólicas** - Como o sr. pretende municipalizar as áreas de Saúde e Educação?

A municipalização da Saúde já está sendo implantada pelo governo de Estado. Nós só vamos ajudar mais, para poder receber recursos do SUS. Também estamos sendo orientados pelo CRE-AP (Conselho Regional de Educação do Amapá) para implantar a descentralização da Educação. Não será necessário construir mais escolas. Temos as estaduais, em maior número que as municipais - e isto já é suficiente.

**Parabólicas** - Como prefeito, como pretende se relacionar com as Assembléias Indígenas e com a APIO?

Nosso relacionamento sempre foi estreito e nunca deixará de sê-lo.

**Parabólicas** - O sr. acha que um prefeito índio pode ter seu trabalho comprometido por conta do preconceito racial de uma maioria branca em Oiapoque?

Nunca me ative muito a esta questão. Porém, nós, índios, temos aqui o respeito e o apoio de muitos brancos.

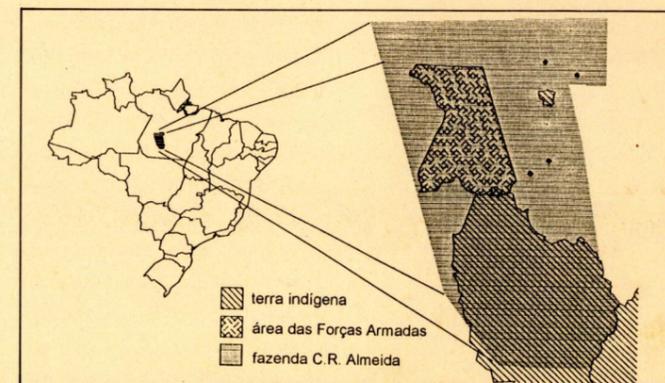
**Parabólicas** - Como imagina poder incrementar a comercialização de produtos como frutas e canoas, que o município produz?

Apesar das dificuldades que devemos encontrar pela frente, hoje várias aldeias já se engajaram neste processo. Precisamos lhes dar uma estrutura melhor e orientá-las bem. ☒

## PARAÍSO DAS RESERVAS GRILADAS

Vários grupos privados querem transformar enormes glebas de Altamira (PA) em Reservas Particulares de Patrimônio Natural. A maior é a do empreiteiro Cecílio Rego de Almeida, com 4,7 milhões de hectares, do tamanho da Holanda. O problema é que ele quer fazer gentileza com o chapéu alheio. O Instituto de Terras do Pará (Iterpa) entrou com uma ação na Justiça no fim de agosto pedindo o cancelamento dos registros imobiliários da área da C. R. Almeida, alegando que ela pertence ao governo e foi indevidamente registrada em nome de particulares. A gleba invade as Áreas Indígenas Xipaia, Curuá e Baú (estas últimas ainda não declaradas), além de terras da União afetadas para uso especial do Exército.

Há duas outras megaglebas no município: uma, de 500 mil ha, pertence à Kramm Assessoria, de Cuiabá, e outra, de 496 mil ha, que pertence ao empresário José Roberto del Porto, que preside uma certa Associação de Proteção e Integração da Ama-



zônia Vitória Régia. A Kramm chegou a conseguir que sua área, um seringal, fosse reconhecida como RPPN pelo Ibama, mas o órgão acaba de voltar atrás na decisão. Seu título de posse sofre contestação inclusive da própria C.R. Almeida. ☒